

ATUAÇÃO DA ONG "MÉDICOS DO MUNDO" E O PROJETO "MÉDICOS DE RUA" COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Karoline Costa¹ (Unisecal)

RESUMO: Na atual conjuntura brasileira percebe-se cada vez mais o aumento da desigualdade e com isso muitas pessoas têm perdido seus empregos e se encontrando sem recursos para se manter, ocasionando assim sua ida às ruas. Este trabalho tem o objetivo de avaliar o impacto que a ONG "Médicos de Rua" e "Médicos do Mundo" têm sobre as pessoas que estão em situação de rua em Ponta Grossa.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Médicos de Rua. Médicos do Mundo. Moradores de Rua. Vulnerabilidade social.

ACTION OF THE ONG "MÉDICOS DO MUNDO" AND THE PROJECT "MÉDICOS DE RUA" WITH HOMELESS PEOPLE

ABSTRACT: In the current Brazilian context, the increase of inequality has become more and more evident, and as a result, many people have lost their jobs and find themselves without resources to support themselves, thus causing them to go to the streets. This paper aims to evaluate the impact that the NGOs "Médicos de Rua" and "Médicos do Mundo" have on people living on the streets.

Keywords: People living on the streets. Street Doctors. Doctors of the World. Street People. Social Vulnerability.

INTRODUÇÃO

Estar na rua sempre foi um grande problema em nosso país, e atualmente os números estão cada vez mais altos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aproximadamente 221.869 pessoas se encontram em situação de rua, pesquisa publicada em Março de 2020, em 2015 o valor era de 125.631 moradores em situação de rua.

Porém segundo Teles (2022) o trabalho publicado pelo IPEA não possui uma contagem de indivíduos, mas sim uma estimativa baseada em dados esparsos e metodologias de replicação, a qual pode estar ainda mais distante da realidade atual devido ao agravamento das condições de vida, ocasionados pela pandemia do Coronavírus.

¹ Acadêmica do 6o. período do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL)

Nessa situação existem diversos fatores agravantes como acesso à alimentação, higiene e ao acesso e consolidação de seus direitos. Tais questões referem-se aos direitos sociais² das pessoas que estão em situação de rua.

A violação dos seus direitos também estão presentes nas abordagens policiais, como expulsão dos espaços públicos, retenção dos pertences e documentos, ameaças e humilhações, que para Foucault (1985), os poderes são exercidos em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. As relações de poderes não estão localizadas em um ponto específico da estrutura social.

O poder funciona como uma rede de dispositivos, tal não tem função de afastar os homens da vida social, mas gerenciar a vida de tais, controlando para obter ao máximo suas potencialidades, criando aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades.

Para Fernandes et al. (2007), existem dois fatores que interagem nessa determinação, um macro que seria as tendências estruturais amplas do sistema político-econômico e um micro que se refere ao nível individual, a exemplo da falta de apoio familiar. A vulnerabilidade quanto a ir para a rua decorre de um conjunto de fatores sociais, individuais e contextuais, não apenas de fatores pontuais.

O art. 1º do Decreto Federal n. 7.053/2009, conceitua a população em situação de rua como sendo:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2019)

Uma das maiores dificuldades encontradas por pessoas em situação de rua (PSR) é o acesso à saúde, seja pelo estigma que se instalou na sociedade ou pelo pensamento de não precisar da atenção à saúde por se encontrar em uma posição de vulnerabilidade constantemente.

Sabe-se que ter uma boa saúde não se trata apenas da ausência dela, mas sim da presença do bem estar na vida de cada um, se sentir integrado na sociedade, amado

² O art. 6º da Constituição Federal de 1988 prevê como direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

e aceito, a qual não é a realidade dessas pessoas. Falando clinicamente de saúde, as pessoas em situação de rua correm mais riscos pois estão expostas a alterações climáticas, dormem mal, compartilham espaços aglomerados e vivem sob intenso nível de stress, com medo de serem roubadas ou sofrerem alguma agressão. E por viver em uma situação de vulnerabilidade, tais acabam deixando a saúde em segundo plano Santos (2018).

Apesar da *Constituição Federal* de 1988 prever a garantia do direito à saúde a todos por meio de medidas que visem à diminuição dos riscos de doenças e outros agravos e o acesso universal a ações e serviços de promoção, proteção e recuperação, sabemos que não é o que acontece na realidade. Segundo Carneiro et al. (1998) um atendimento adequado para essas pessoas representa um desafio para o SUS e para ações intersetoriais devido a sua complexidade .

Para auxiliar esse grande número de pessoas que se encontram nas ruas, existem diversos projetos, ONGs e programas direcionados para garantia de alguns direitos. O Street Medicine Institute (Instituto de Medicina de Rua) é um dos programas voltados à assistência médica dessa população, iniciado pelo Dr. Jim Withers o qual foi motivado pelo desejo de alcançar aqueles que pareciam estar excluídos dos principais sistemas de saúde, dando início em Pittsburgh, nos Estados Unidos, em 2009.

Aqui no Brasil possuímos a Associação Médicos do Mundo, fundada no final de 2015 pelo médico neurologista e professor Dr. Mário Guimarães, o qual foi inspirado pelo médico americano Dr. Jim Withers. Nas ações realizadas pela Associação Médicos do Mundo é oferecido um atendimento multidisciplinar como: atendimento médico, psicológico, odontológico e jurídico, para à população em situação de rua e vulnerabilidade, e também atendimento para os seus animais que os acompanham diariamente nas ruas. O Dr Mário decidiu realizar esta ação ao observar o número crescente de pessoas desabrigadas em seu trajeto do metrô ao trabalho, iniciou o projeto sozinho, mas aos poucos passou a ser acompanhado por seus alunos de medicina. (STRAFACCI, 2020).

Atualmente o projeto atua regularmente nas cidades de Belo Horizonte/MG, Caxias do Sul/RS, Curitiba/PR, Itajubá/MG, Muriaé/MG, Pato Branco/PR, Ponta Grossa/PR, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP. Incluindo atendimento de: Assistência Social, Higiene e Beleza, Odontologia, Recreação, Enfermagem,

Farmácia, Justiça, Laboratório, Logística, Medicina, Psicologia, Nutrição, Podologia, Reabilitação e Veterinária. A disponibilidade de cada projeto depende da equipe de voluntários de cada cidade (STRAFACCI, 2020).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Silva (2009) o uso do conceito “população em situação de rua”, vem sendo considerado mais apropriado para designar uma situação e condição social a qual não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade, e condição humana, sendo assim essa pessoa está nessa situação por um momento, o que não significa que irá permanecer. Para a autora, a população em situação de rua está em uma situação e condição social produzida pela sociedade capitalista, por vivenciar o processo de acumulação do capital (p.22).

Frangela, define essa população como

[...] desprovidos de condições materiais e simbólicas que marcam as tradições identitárias convencionais – do mundo da casa e do trabalho –, desconectados das relações sociais intrínsecas a essas duas dimensões e mantidos nas fronteiras liminares da ordem urbana, [...] [criando] uma dinâmica própria nas ruas (FRAGELA, 2004 apud SILVA, 2011, p. 132).

Tal assunto teve maior visibilidade na Revolução Industrial (1760-1840), momento em que surgiram os primeiros dados da população em situação de rua, pois os camponeses e pequenos produtores foram expulsos e obrigados a irem de encontro ao novo sistema que estava surgindo: o capitalismo (CARMONA et al., 2020).

Ainda segundo Silva (2009), o surgimento da população em situação de rua se deve ao fato de os camponeses não serem incluídos pela indústria que estava crescendo com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis e também pela dificuldade de adaptação a um ritmo frenético e massacrante de trabalho. Por consequência, foram rebaixados à mendicância e a outros desvios morais, como o roubo, surgindo o pauperismo³ como resultado da histórica desigualdade capitalista.

Jean-Jacques Rousseau (1989) em seu trabalho sobre a desigualdade em seu tempo, já identificava as mazelas, afirmando que a desigualdade sempre esteve presente, desde o período medieval. Os feudos produziam para subsistência através dos esforços dos servos e estes tinham apenas um dia na semana para produzir para si

³ absoluta pobreza;

mesmos, mas deviam aos seus reis uma série de impostos; quando não conseguiam quitar tal dívida, eram sujeitos à rua. Ainda na Idade Média, os mendigos/moradores de rua eram o “caminho” para salvação dos ricos, por serem os meios para a prática da caridade.

No livro *O Capital* (1971), Karl Marx observa que no processo de acumulação e reprodução do capital, é gerada a produção de miséria e pobreza tratando de uma lógica permanente e essencial do próprio sistema. Os indivíduos empobrecidos fariam parte de uma categoria que Marx chama de exército industrial de reserva, daqueles “excedentes” de trabalhadores não necessários ao processo expansivo do capital, que varia de tamanho de acordo com as flutuações da produção e da economia em tempos de crise ou estabilidade. A compra da força de trabalho humana, segundo análises marxianas, se dá com “objetivo de valorização do capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga [...] a produção de mais valor ou criação do excedente é lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2013, p. 695). Ainda na visão de Silva (2009 apud FRAGA, 2011, p. 12), a situação de rua constitui-se como um fenômeno complexo fruto de múltiplos fatores tanto estruturais que seria a ausência de trabalho, renda e ausência de moradia, quanto biográficos como doenças mentais, consumo de álcool e ou outras drogas lícitas e ilícitas, como também a ruptura dos vínculos familiares, ou ainda, fatores como os desastres em massas: terremotos, inundações entre outros.

Os empregos formais, quase não existem para essas pessoas, dando lugar aos trabalhos informais e esporádicos que se encontram nas ruas, e que por isso passam a fazer parte do processo de ida para a rua na busca pelo sustento (COSTA, 2005).

Castel refere que

Em nossa sociedade, o trabalho confere identidade às pessoas, assim como Max Weber relata que o trabalho dignifica o homem. Nessa perspectiva, dizer que tem uma profissão pode ser uma manifestação de resistência à condição de inutilidade ou de negativa em relação aos preconceitos a que estão sujeitas”. (CASTEL, 1997 apud COSTA, 2005, p. 9)

Um estigma reforçado desde a época Medieval segundo Geremek (1995), que descreve tais com características de mendicância e peregrinação como recursos de sobrevivência, além de apontar que esses indivíduos eram considerados pela sociedade da época como delinquentes, criminosos, vagabundos, e desocupados que usavam estratégias artificiais para forjar o caráter de indigência, estigmas presentes até atualidade.

A existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno que acontece por conta das transformações econômicas, políticas e sociais que acometem as grandes metrópoles e também têm sido observados em cidades de pequeno e médio porte, em nível mundial.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica como suporte, reunindo ideias e conceitos de diversos autores, podendo assim relatar conceitos extensos sobre o tema abordado. A pesquisa bibliográfica tem por objetivo estabelecer um mapeamento dos trabalhos já existentes. É de extrema relevância realizar a pesquisa bibliográfica quando se inicia um projeto com o qual se pretende desenvolver um trabalho de conclusão de curso. A relevância se justifica pela quantificação do número de pesquisas que estão sendo realizadas em um determinado momento dentro de repositórios eletrônicos, que pesquisadores poderão utilizar agregando e conferindo um direcionamento para a pesquisa, no sentido qualitativo.

Usando a Pesquisa Exploratória como base para o trabalho, a qual visa explorar um fenômeno ainda pouco explorado, buscando elencar hipóteses sobre o tema. De acordo com Gil (2017), as pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao observar a lacuna existente na exploração acadêmica sobre o trabalho realizado pela projeto Médicos de rua em Ponta Grossa, bem como todo o seu trabalho em torno das pessoas em situação de rua notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa com ênfase no desempenho desenvolvido e os resultados obtidos com as ações realizadas.

Analisando a visibilidade que se transmite acerca desses grupos, é uma visão negativa, pois em geral os associam a ladrões e usuários de drogas, como se o único e exclusivo problema que rondasse o contexto dessas pessoas se resolvesse somente com intervenções no âmbito da saúde mental e penal.

Considerando que viver em situação de rua é um problema que ultrapassa a falta de moradia, pois ter uma casa significa ter raízes, identidade, segurança, sentimento de pertencimento e um lugar de bem estar emocional (EDITORIAL, 2008 apud BARATA et al., 2015, p. 220). De acordo com os cientistas sociais Alcock (1997 apud BRASIL, 2008, p. 03) e Castel (1998 apud BRASIL, 2008, p. 03), “[...] exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva”. Dessa forma, pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (MARTINS, 1994 apud BRASIL, 2008, p. 03)

Nesse sentido, a mídia, ao associar as PSR somente a frequentadores de cracolândias, passam imagem de delinquentes, perigosos, drogados, entre outras representações pejorativas (LACERDA, ENGSTROM & CARDOSO et. al, 2018). Dessa forma gerando um receio para PSR, as quais deixam de procurar as unidades básicas de saúde (UBSs) e passam apenas buscar os prontos atendimentos de Urgência e Emergência, não realizando assim o acompanhamento necessário, apenas usufruindo a prática curativa.

A visibilidade negativa, portanto, reforça as ações punitivas por parte do estado no sentido de ter legitimado pela população certas ações e a permanência de ausência de políticas públicas (HALLAIS & BARROS, 2015). As políticas sociais representam formas de proteção social por meio de ações de um governo, ou seja, são materializadas pelas políticas públicas de um estado tendo em vista uma finalidade específica. A formulação e implementação das políticas são atravessadas por diferentes cenários e contextos político e econômico, externos e internos (VIANA & LEVCOVITZ, 2005). A condição de Saúde de cada indivíduo é atravessada por problemas de saneamento básico, desigualdade social, falta de alimentação e água, participação social no planejamento e implementação de políticas públicas, políticas de assistência social, entre outras determinações (GIOVANELLA et al., 2019; ASTANA, 2018).

O trabalho tem por foco, portanto, entender o funcionamento das ações realizadas pelos médicos de rua e seu desempenho para essa população. A primeira ação realizada pelo “ Médicos de Rua” em Ponta Grossa, aconteceu no dia nove de junho de 2019, beneficiando 147 pessoas em situação de rua, contendo 244 voluntários para

a ação, sendo das áreas de Enfermagem, Medicina, Farmácia, Análises Clínicas, Odontologia, Testes Rápidos, Psicologia, Jurídico e Veterinária, e voluntários para o acolhimento, organização, fluxo, refeições, barra de acesso, barbearia e música. (STRAFACCI, 2020).

Nessa primeira ação as pessoas em situação de rua receberam ao todo a doação de 116 cobertores, 238 kits de higiene, roupas, alguns calçados e brinquedos. De todo público atendido, 77 pessoas receberam vacina para gripe e 55 cortaram cabelo, e todos ganharam café da manhã e um lanche para levar.

As ações deveriam acontecer trimestralmente, mas com o surgimento da pandemia isso se tornou impossível, após a primeira ação foi se possível realizar apenas mais uma em dezembro. Após quase dois anos sem a atuação do projeto na cidade, no dia 03 de Julho de 2022 foi possível retornar com os atendimentos.

Os atendimentos realizado pelos médicos na população geralmente é realizado no local mesmo, é efetuado a prescrição de medicamentos e a equipe da farmácia faz as orientações necessárias, caso haja uma demanda maior, que necessite de um cuidado mais específico, essa pessoa é encaminhada para o UPA Santana e em seguida realiza a sequência do seu tratamento.

Tais ações são organizadas pela Dra. Ana Paula Ditzel, que coordena a Organização Não Governamental Médicos de Rua, em Ponta Grossa. A iniciativa conta com o apoio do representante da Fundação Municipal de Saúde, Carlos Eduardo Coradassi, e da professora Ana Paula Veber, Coordenadora do Curso de Farmácia na UEPG.

Na cidade de Ponta Grossa em Março de 2020 segundo Mello (2021) havia cerca de 120 pessoas em situação de rua, em Curitiba segundo cadastro único em 2015 possui 1.200 pessoas na rua, já em 2019 o número subiu para 2.200.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil de certa forma tem avançado no sentido de incentivar a implementação de políticas públicas de saúde para a população de rua, em consonância com as diretrizes da atenção básica de saúde, como exemplo o consultórios na rua, porém o desafio está na viabilização da implementação de tais consultórios, no sentido das equipes atuarem dentro de um contexto tão singular desse público, com a visão de efetivar os direitos à saúde para esse grupo, Ghirardi et al. (2005), afirmam que esta

população sofre a marginalização provocada pelo capital, tornando-se socialmente inútil.

Diante dos dados e das pesquisas realizadas foi possível observar o quão necessário é que se desenvolvam e se cumpram ações e políticas que visem alcançar melhores condições de vida e de acesso a serviços de assistência à saúde, educação e à todos os direitos sociais para as pessoas em situação de rua. Entretanto, não apenas garantir tais êxitos, mas conseguir conjuntamente, que a sociedade civil, governo e demais setores tenham um novo olhar sobre estes indivíduos, se implicando em reconhecer que as necessidades deste grupo são legítimas e inalienáveis. Observou-se também que os projetos realizados pelo terceiro setor têm um grande impacto na sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Carla C. **S.O trabalho do assistente social com a população de rua: Possibilidades e desafios.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60624>. Acesso em: 17 maio 2022.

Associação médicos do mundo, 2020. Disponível em: <https://www.atados.com.br/ong/associacao-medicos-do-mundo>. Acesso em: 13 Agosto 2022.

COSTA, Ana Paula M. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.** Revista Virtual Textos e contextos, n 4, 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993>. Acesso em: 22 agosto 2022.

FRAGA, Patrícia. **A rua de todos: um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis.** Monografia em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019

HACK, Neiva S., LIMA, Odair C, MOREIRA, et.al. **Produção acadêmica brasileira sobre a população em situação de rua: um estudo de revisão sistemática.** In: ENFOC–Encontro de Iniciação Científica, 14.; Fórum Científico., 13.; Seminário PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência., 5., 2018, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Uninter, 2018

STRAFACCI , Carla. **Médicos do Mundo com projeto Médicos de Rua em Ponta Grossa,** 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.medicosdomundo.org.br/medicos-do-mundo-com-projeto-medicos-de-rua-em-ponta-grossa/>. Acesso em: 13 set. 2022.

MELLO, Mirella. **Pandemia amplia número de moradores de rua em Ponta Grossa.** Periódico UEPG redação de mídia integrada , [s. l.], 19 mar. 2021. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/cidade-cidadania/2067-moradores-de-rua-enfrentam-dificuldades-por-conta-da-pandemia>. Acesso em: 22 set. 2022.

MUNOZ, Jorge V. **População Adulta de Rua – Uma Proposta de Metodologia Socioeducativa.** Rio de Janeiro: Nova; 1997.

MARX, K. **O Capital.** Volume 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000086.pdf>. Acesso em: 21 de setembro 2022.

SILVA, M. L. S. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituacaoderuamaanalisealuzdaquestaosocial.pdf>. Acesso em: 15 mai 2022.

SILVA, M. Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** Dissertação (Mestrado em Política Social). Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.